

**TEORIA DO DISCURSO E A QUESTÃO
MULTICULTURAL: articulações (im)
possíveis?**

**DISCOURSE THEORY AND THE
MULTICULTURAL ISSUE: (IM)
POSSIBLE ARTICULATIONS?**

**LA TEORÍA DEL DISCURSO Y LA
CUESTIÓN MULTICULTURAL: ¿ (IM)
POSIBLES ARTICULACIONES?**

Resumo: O texto propõe a articulação do aporte teórico-metodológico da abordagem discursiva laclauiana com as questões multiculturais. Traça uma contextualização na qual explicita a relevância do debate identitário para o país, a despeito das críticas e dos problemas e riscos com o essencialismo. A partir disso, destaca o que tem sido compreendido como multiculturalismo, isto é, um conjunto de respostas acerca da condição plural das sociedades contemporâneas. Tais respostas são mobilizadas por questões enunciadas em múltiplos contextos, incluindo a educação. Já a teoria do discurso emerge como uma teoria política pós-estruturalista e pós-fundacionista. Não há origens e nem teleologias, identidades fixas e sujeitos autocentrados. Rejeitando tanto o universalismo imposto quanto o relativismo fragmentário, se apresenta como um convite para pensar o social de outro modo, incorporando questões complexas como o universalismo e o particularismo. Nesse sentido, não nega a necessidade de respostas às questões multiculturais, mas ao modo como geralmente as tratamos, reconfigurando o sentido de diferença para além da diversidade cultural, o que inclui também a singularidade, a multiplicidade, o fluxo discursivo em disputa. Defendo que a aproximação é potente e pertinente para o debate contemporâneo no qual o país se insere de maneira dramática, considerando as desigualdades e as opressões.

Palavras-chave: Teoria do Discurso. Multiculturalismo. Teoria Política. Educação. Diferença.

Recebido em: 01/10/2022

Aceito em: 10/10/2022

Publicação em: 15/10/2022



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.22478/ufpb.1983-
1579.2022v15n2.64556

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

William de Goes Ribeiro

Doutor em Educação

Professor da Universidade Federal
Fluminense, Brasil.

E-mail: wgribeiro@id.uff.br

Orcid: [https://orcid.org/0000-0003-3940-
7492](https://orcid.org/0000-0003-3940-7492)

Como citar este artigo:

RIBEIRO, W. G. TEORIA DO DISCURSO E A QUESTÃO MULTICULTURAL: articulações (im) possíveis?. **Revista Espaço do Currículo**, v. 15, n. 2, p. 1-14, 2022. ISSN2177-2886. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2022v15n2.64556>.

Abstract: The text proposes the articulation of the theoretical-methodological contribution of the Laclanian discursive approach with multicultural issues. It outlines a context in which it explains the relevance of the identity debate for the country, despite the criticisms and the problems and risks with essentialism. From this, it highlights what has been understood as multiculturalism, that is, a set of answers about the plural condition of contemporary societies. Such responses are mobilized by questions raised in multiple contexts, including education. Discourse theory, on the other hand, emerges as a post-structuralist and post-foundational political theory. There are no origins and no teleologies, fixed identities and self-centered subjects. Rejecting both imposed universalism and fragmentary relativism, it presents itself as an invitation to think about the social in another way, incorporating complex issues such as universalism and particularism. In this sense, it does not deny the need for answers to multicultural questions, but to the way we generally treat them, reconfiguring the sense of difference beyond cultural diversity, which also includes singularity, multiplicity, the discursive flow in dispute. I argue that the approximation is powerful and relevant to the contemporary debate in which the country is dramatically inserted, considering inequalities and oppressions.

Keywords: Discourse Theory. Multiculturalism. Political Theory. Education. Difference.

Resumem: El texto propone la articulación del aporte teórico-metodológico del enfoque discursivo laclauiano con las cuestiones multiculturales. Esboza un contexto en el que explica la relevancia del debate identitario para el país, a pesar de las críticas y los problemas y riesgos con el esencialismo. A partir de ello, destaca lo que se ha entendido como multiculturalidad, es decir, un conjunto de respuestas sobre la condición plural de las sociedades contemporáneas. Tales respuestas son movilizadas por preguntas planteadas en múltiples contextos, incluida la educación. La teoría del discurso, por otro lado, surge como una teoría política posestructuralista y posfundacional. No hay orígenes ni teleologías, identidades fijas y sujetos egocéntricos. Rechazando tanto el universalismo impuesto como el relativismo fragmentario, se presenta como una invitación a pensar lo social de otra manera, incorporando temas complejos como el universalismo y el particularismo. En ese sentido, no niega la necesidad de respuestas a las cuestiones multiculturales, sino a la forma en que generalmente las tratamos, reconfigurando el sentido de la diferencia más allá de la diversidad cultural, que incluye también la singularidad, la multiplicidad, el flujo discursivo en disputa. Sostengo que la aproximación es poderosa y relevante para el debate contemporáneo en el que el país se inserta dramáticamente, considerando las desigualdades y las opresiones.

Palabras clave: Teoría del Discurso. Multiculturalismo. Teoría Política. Educación. Diferencia.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo deste texto é pensar o tema da identidade para além da diversidade cultural, ou seja, com outros sentidos de diferença, conforme aponta Burbules (2003), perspectiva aberta à dinâmica relacional e ambivalente de um contexto, da mesma forma, aberto à escritura ou às práticas de significação (BHABHA, 1998; DERRIDA, 1991; MACEDO, 2014). A proposta é pensar a pesquisa em educação, considerando simultaneamente o trabalho com a teoria do discurso e com as demandas que têm sido mobilizadas pelo multiculturalismo no Brasil, como a luta antirracista (IVENICKI, 2018, 2019). Cumpre considerar que a referida perspectiva discursiva, a qual estou propondo, é uma abordagem teórica, ética, política e com uma metodologia sempre em construção, a qual tem dado sustentação para inúmeras pesquisas no país, em diversas áreas, especialmente, ciência política e estudos curriculares, como observamos em Lopes e Mendonça (2015). Trata-se de "...um aparato teórico original, inserido em uma matriz contemporânea, pós-estruturalista, que contempla a contingência, a precariedade, a indeterminação e o paradoxo como dimensões ontológicas do social (RODRIGUES e MENDONÇA, 2008, p. 26).

O argumento que procuro traçar nesta escrita é que em vez de negar, rejeitar ou se contrapor negativamente às abordagens e questões multiculturalistas, a despeito das críticas direcionadas às categorias essencialistas e à ideia de projeção de utopias metafísicas (AZEVEDO-LOPES e RIBEIRO, 2021), a teoria do discurso, como mobilização teórico-política pós-estruturalista e pós-fundacionista, pode contribuir para a discussão da noção de identidade e incluir a ênfase na questão multicultural com a

perspectiva de sujeito descentrado e relacional, não essencialista, se aliando ao debate contra o racismo, a homofobia, o machismo, o patriarcalismo e outras formas de preconceito e de discriminação. Assim, reforço com este texto nossa atenção às questões multiculturais, as quais ressalto que não as percamos de vista, o que se tornaria um risco de reforçar o conservadorismo e as opressões. Para tal, interessa revisitar a ontologia do social, levando em conta outro modo de lidar com os fundamentos, uma ação teórica pertinente e mesmo necessária.

Assim, este texto elabora uma proposta - que é também uma aposta argumentativa no debate da diferença: em um primeiro momento, reforço através de breve contextualização o que entendo por questões multiculturais; a seguir, alguns estudos a respeito me ajudam a tecer elementos que apontam o que tem sido nos últimos anos entendido por multiculturalismo no Brasil; processo semelhante é feito, posteriormente, com a teoria do discurso laclauiana; seguimos com a proposta de articulação em uma seção que enfrenta alguns dos desafios em jogo em uma perspectiva multicultural pós-estruturalista, radicalmente democrática. Ademais, o texto apresenta uma retomada do percurso teórico e aponta para o fluxo de sentido das lutas políticas no país, defendendo o debate multicultural pelas vias discursivas - a despeito das possíveis críticas -, a favor de uma discussão ampla e aberta.

2 UM PAÍS DE DESIGUALDADES

Levando em conta o que temos observado na pesquisa em educação, temo que leitores, adeptos de uma das teorizações explicitadas, nem tenham chegado até aqui. A despeito de trabalhos sérios a respeito, há sempre riscos de negações, por trabalhos como este serem julgados demasiado “essencialista” para alguns ou “relativista” demais para outros, “ecléctico” e “pluralista”, quem sabe, a depender da maneira como as questões multiculturais têm sido encaradas teórica e politicamente. Em comum, me parece, está a ideia de que estudos que levam a sério o debate multicultural não “combinam” com uma abordagem discursiva e vice-versa.

Questionando-me a respeito disso, venho com este texto pensar a problemática multicultural, a partir da qual se tem explicitado demandas identitárias. Começo por lembrar que soluções teóricas propostas por “pensadores estrangeiros” utilizadas para problemas que sabemos, não são universais, demandam bastante cautela e até mesmo habilidade coletiva e tempo na “tradução” do referencial para as “realidades brasileiras”. Portanto, reforço que estou apontado um terreno específico, isto é, certo espaço-tempo imaginado que inclui a educação, o país e as desigualdades, até onde nossos limites permitem compreendê-las. Além da compreensão, visualizo até onde nos sentimos perturbados com isso, tratando-se de “corpos” que têm se beneficiado de estruturas de poder desiguais.

Embora não espere dar conta dos problemas, até porque esbarramos em limites que não têm como serem estabelecidos de uma vez por todas e por todos os ângulos de uma vez, a questão étnico-racial no Brasil é uma das que não devem ser ignoradas por nenhuma teoria social e política, caso contrário, corremos o risco de nos tornar uma reprodução conservadora de viés racista. A menos que se esteja diante do negacionismo, cumpre lembrar que vivemos em um país com rastros de centenas de anos de exploração humana com base no racismo. Como sabemos, trata-se de uma história dolorosa cujos efeitos desiguais têm se alastrado aos nossos dias, nos quais a dignidade humana, ainda que não saibamos do que se trata universalmente, é negada a uma gama imensa de pessoas, nos mais variados espaços-tempos, em nome de uma particularidade que se impõe como única e superior: a branquitude invisibilizada como norma universal.

É inegável que são a população negra e a indígena, ainda que estejamos tratado de comunidades imaginadas e processos de identificação, as que mais têm sofrido perdas nas disputas sociais no Brasil, inclusive, vidas humanas: de assassinatos às vulnerabilidades das suas condições de vida; dos olhares atravessados às discriminações dos valores e seus modos distintos de ser; do medo de assumir suas escolhas às formas de tratamento racializadas e, por vezes, humilhante, nas instituições e nos cotidianos dos mais variados espaços. Enfim, quiçá, correndo riscos dos julgamentos, os quais podem “fixar” esta proposta como “essencialista” ou “realista”, a experiência humana perpassa as relações étnico-raciais e, no caso do Brasil, independentemente da forma como se entre no debate, tem implicações sobre o racismo.

Os processos de sobrevivência, de resistência e de reexistência inventiva relacionais que passamos com a pandemia mobilizada pela Covid-19, reforçam o debate que espero expor, prenhe de dúvidas que se acumulam na experiência da pesquisa em educação. De forma dramática, sabemos que alguns coletivos no país têm sido alvos preferidos de ataques de um governo irresponsável e de um movimento conservador cujas demandas indicam um caráter identitário predatório, tal como ressalta Appadurai (2009). No caso, a partir do qual uma diferença, ainda que imaginada e relacional, efeito de relações de poder e produção de sentido, demanda que “o outro” seja eliminado (de muitas formas, inclusive, físicas).

Podemos destacar ainda um curso avolumado e incomensurável de agressões centenárias que são “direcionadas”, estabelecendo como alvo as “mulheres”, sobretudo, negras e indígenas. Imagino que sabemos que o debate de gênero no país, dadas as perseguições às questões feministas, cunhadas pelo fundamentalismo religioso e misoginia diária, enfrenta a luta contra o patriarcado e as elites oligárquicas. A questão está estampada na história das desigualdades no país. Nesse sentido, a complexidade se amplia ainda mais se relacionadas ao debate étnico-racial. O “interseccional” cruza elementos complexos, como o caso da mulher e da negritude/perspectiva indígena.

Nessa direção, recentemente, ouvi de uma colega, professora universitária e de uma creche no Rio de Janeiro, o quanto tem sido difícil para ela lidar com “crianças negras” que se dizem “brancas”, negando qualquer traço de negritude como valor. Esse fato observado em sua prática pedagógica, na percepção de uma mulher negra, a fez querer discutir as questões raciais, o que não estava em seus planos, isso porque se vê incomodada com o sofrimento das crianças e das famílias negras. Na mesma ocasião, ouvi de um outro colega, professor universitário e negro, o quanto se sentia incomodado com a academia, elencando inúmeros exemplos de racismo que sofreu e continua sofrendo nos corredores e salas de aula de universidades públicas reconhecidas no país. Por fim, por fazer visitas a aldeias indígenas frequentemente, têm sido incontáveis os casos de subjugação e de desrespeito com os povos indígenas que tenho observado. Não se trata de casos isolados, então como desconsiderar na educação e na luta pelo social no Brasil questões de gênero e raça, a despeito do risco de essencialismo?

Especificamente, os povos indígenas permanecem, em grande parte, marginalizados nos processos educacionais do país, gerando uma zona nebulosa de exclusão e de ignorância de grande parcela da população, gerada por efeitos discursivos assimétricos. A generalidade como têm sido tratados, bem como os preconceitos relativos aos seus distintos e múltiplos modos de ser e de existir, mobilizam demandas, as quais incluem a educação. Mas, em geral, o acesso a tais demandas e a compreensão de alguns dos aspectos que estão em jogo, é ainda para pouquíssimas pessoas. Embora não queira e evite generalizar, sabemos que o que se sabe a respeito não costuma ir muito além da visão genérica de “índio”; reafirma imaginários que os ligam ao passado, como “primitivos”; além de ignorar as formas como criam sentido para a vida e para o trabalho, como produzem ciência, arte, literatura, educação (NOBRE, 2016; RIBEIRO, 2020).

Com efeito, sem querer estabelecer uma listagem de todas as desigualdades e problemas sociais, podíamos destacar a luta da população surda, o movimento LGBTQIA+, demandas por inclusão e a ainda a dimensão opressora da religião para as que se distanciam de um padrão normativo, mas penso já ser suficiente o exposto para apontar a impossibilidade de atender à política de uma vez por todas com um ideal, o que a teoria do discurso sustenta no plano teórico. São os processos que interessam. Processos que incidem sobre identidades imaginadas e demandas distintas que se articulam de forma singular e contingente. Com isso, não espero traçar o histórico de tais lutas neste texto, por falta de espaço, mas também de enfoque.

Quero apenas sinalizar que fazem parte do contexto social e que incidem sobre um traço inconsciente que nos atravessa “a todos”, incluindo a nós, como pesquisadores em educação, como sujeitos assujeitados que somos, subjetivamente produzidos na relação com as políticas culturais e educacionais. Muitos de nós, adeptos de uma abordagem pós-estruturalista e “defensores” da diferença, podem não se perceber excluindo determinados debates e/ ou servindo a discursos de ordem conservadora. Através de nós, podem agir o rastro de soberba e de uma suposta superioridade teórica e “intelectual”. É porque espero me opor a isso que me mobilizo nesta escrita, destacando uma pergunta: se o modo de colocar as questões for “essencialista”, nem por isso merece escuta e reconhecimento?

Levando em consideração o exposto, como as demandas identitárias e da diferença são articuladas ao debate da formação de professores no Brasil? Como o campo curricular lida com questões raciais, étnicas, de gênero, de sexualidade e interseccionais? Especificamente, tenho interesse em levantar a questão sob uma perspectiva discursiva e pós-estruturalista: em que medida a teoria do discurso tem contribuído com debates identitários que assolam a vida social no país? Se contribui, são referenciados por pesquisadores que estudam a questão racial, de gênero e sexualidade e vice-versa? Por quê? Levando em consideração que a teoria do discurso é uma teoria política, produzida e iterada, como pode contribuir para enfrentar questões importantes na educação nacional, como o racismo, o machismo, a homofobia?

As discussões a respeito remetem à temática cultural e colonial no mundo recente, sobretudo, caracterizado pelas dimensões da globalização (HALL, 2003). Processos múltiplos e heterogêneos, porém, marcantes para os países latino-americanos, desde o início do século XV, com a expansão colonialista europeia. Trata-se de intensos fluxos interculturais desiguais, como os que possibilitam uma eclosão manifesta do fundamentalismo religioso e da intolerância racista e machista. Para Giacaglia (2008), a relação humana com os particularismos e os conflitos decorrentes, juntamente com as desigualdades e o meio ambiente é um dos desafios da humanidade no século XXI. A herança passada e recente é concebida com muitas tragédias e mortes resultantes de conflitos que envolvem identidades, incluindo guerras religiosas e étnicas. A diversidade cultural nesse processo explode no mundo e a sua incorporação no liberalismo divide opiniões. Trata-se de um aspecto positivo diante do etnocentrismo europeu ou de uma astúcia do imperialismo e do capital?

A mencionada pesquisadora, saindo de uma resposta simplória e dual, em diálogo com a teoria do discurso, pensa a relação universalismo e particularismo, conforme apontado a seguir, não através de polos excludentes; mas como elementos relacionais e constitutivos de uma lógica de hibridização das identidades, reiterando a crítica de Ernesto Laclau à ideia de tolerância e de multiculturalismo, mas sem negar o debate. Lembra que a crítica à ideia de tolerância já é bem antiga, remonta ao século XVII e às guerras religiosas; assim como o multiculturalismo não emerge hoje, mas em meados do século XX, como respostas ao mundo em que se vive no qual identidades reivindicam suas diferenças.

Mas, reforça que a autenticidade não é possível e a identidade está sempre ameaçada: seja porque pode se fechar em guetos, seja porque se expande, tornando-se outra significação. Com isso, os processos de hibridização ganham especial interesse, já que o aspecto relacional na identidade - que é sempre híbrida -, envolve considerar e afirmar seu antagonismo. Isso quer dizer que toda identificação reforça algo antagônico, ao rejeitar uma determinada perspectiva, enfim, um exterior que a constitui, sem o qual não existiria. Portanto, não apresenta conteúdo positivo, nesse sentido, pois nunca se completa totalmente. Por sua vez, para que uma diferença possa atingir seus objetivos precisa alçar a universalidade, mas ao fazer isso, cede e se descola de sua suposta autenticidade.

Com isso, a pesquisadora, em termos laclauianos, ressalta a importância dos “significantes vazios”, sobre os quais trataremos adiante, mas adianto se referir a formas através das quais se ocupa o lugar do poder e se define uma hegemonia. Cumpre lembrar que não estamos lidando com o sentido de hegemonia como absoluto, mas é exatamente a relação na qual uma diferença se descola de suas demandas para ocupar o lugar da totalidade universal (LACLAU e MOUFFE, 2015a, 2015b). Tal movimento ocorre de maneira contingente e precária, como explicam os pesquisadores mencionados, explicitando sempre a falta em cada identidade, assim como a indecidibilidade na política (LOPES, 2018). Na leitura de Giacaglia (2008), “tolerância” e “multiculturalismo” se apresentam contraditórios e paradoxais na medida em que sua afirmação inclui a injustiça e a intolerância no primeiro caso; e sua própria eliminação no segundo, já que a identidade, na perspectiva da diversidade, só é possível, indo além dela mesma. Não irei focar na tolerância, já que também a vejo como uma problemática e assumo o que afirma o citado. No entanto, pretendo discutir a rejeição que a conclusão do referido texto pode levar às questões multiculturais.

3 MULTICULTURALISMO EM EDUCAÇÃO NO BRASIL

Nesta seção, procuro argumentar que “a questão multicultural” envolve um campo de disputas no qual me interessa salientar as perguntas e os sentidos mobilizados em cada contexto observado e

discursivamente situado. Alguns pesquisadores podem não utilizar o termo, mas levantam questões similares; enquanto alguns outros podem discutir qual conceito priorizar (multiculturalismo? interculturalismo? multi/interculturalismo? decolonial? descolonização? pós-colonial?) e qual enfoque escolher.

Nesse sentido, parece acertada a observação de que muitos têm sido os embates em nome do multiculturalismo e que por isso mesmo há ainda o que se dizer (HALL, 2003). Com isso, não rejeito a quem busca precisar os termos que utiliza, entendendo-os como processo de construção de um universo teórico, até mesmo necessário, a depender do aporte de trabalho; mas gostaria de sinalizar os riscos de dogmatismos e modismos que nos tornam prisioneiros em círculos viciosos, quando se ignora o contexto e se busca assumir um termo a priori, como se estivesse isento do debate e houvesse um significado último para ele, supostamente superior a outro, também considerado dado.

Como desdobramento de legislações recentes no Brasil e do conseqüente debate em torno delas, o que chamo de multiculturalismo e de demandas de identidade se tornam uma questão de alcance mais amplo em educação no país, sobretudo, com a redemocratização política, como aponta Macedo (2014), levando a produção de textos e documentos oficiais, como, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Leis 10639/2003 e 11645/2008, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, bem como o Estatuto da Igualdade Racial, entre outros, sobretudo, com a negociação aberta por alguns governos passados ao diálogo com os movimentos sociais¹. Apesar da especificidade de leituras que se possa fazer para cada uma de tais práticas de significação, há em jogo uma tentativa de resposta a respeito do modo plural como a sociedade tem sido pensada. Apesar disso, o léxico educacional passou a incluir e articular termos como “diversidade”, “democracia”, “justiça”, “pluralidade cultural”, “diálogo”, “ética” e alguns outros. Muito já se debateu a respeito disso, não espero recuperar a amplitude do debate histórico sobre a questão, apenas destacar sumariamente tendências enunciadas.

Na 5ª edição de sua tese sobre a mestiçagem, o antropólogo Kabengele Munanga (2019), revê e amplia as considerações que têm feito, reforçando a argumentação a partir de um novo contexto em relação à publicação original que é de 1999. Como alvo de críticas, o pensador se manteve fiel à luta pelas ações afirmativas a favor da população negra, trazendo à tona um enfrentamento de ideologias antagônicas e à forma como as teorias raciais são articuladas pelo discurso de “intelectuais” brancos do século XIX e XX. Ademais, salienta como se reatualizam e dificultam as ações atualmente.

O pesquisador congolês-brasileiro defende outra ideologia que se opõe à identidade nacional mestiça, a qual exclui as contradições e favorece à população branca, bem como ao ideal do branqueamento. Ideal fracassado, pois, a sociedade não se tornou “branca”, como esperava parte da elite intelectual brasileira, mas ainda produz efeitos em nossos dias. Já a sociedade é afirmativamente negra, mestiça, asiática, indígena e branca, nos termos de Munanga. Para ele, o debate em torno da questão costuma negar tais aspectos e busca a unificação em torno de uma única nação, a qual é “mestiça”, cujas desigualdades raciais não demandam debates. Lembra então que casos como de Gilberto Freire e Darcy Ribeiro evocam formas variadas de mestiçagem, mas que possuem em comum o elo da suposta unidade da nação. Freire teria contribuído para reelaborar a mestiçagem como positiva, reconhecendo a contribuição indígena e negra na formação da identidade nacional. No entanto, além de sustentar o mito das três raças, o seu trabalho reforça o mito da democracia racial por não enfrentar a contento, para Munanga, o pluralismo.

“Rediscutindo a mestiçagem” visa exatamente realçar que se trata de uma invenção cujos efeitos não atendem nem “aos mestiços”, os quais tendem a se identificarem com “os brancos”, nem aos “negros”, rejeitados em sua negritude. A argumentação passa pela crítica aos ditos intelectuais europeus, os quais nada sabiam sobre a hereditariedade genética e que viam na “raça” uma questão até mesmo degenerativa, impactando o Brasil, país que costuma ver a Europa como modelo. Voltaire, por exemplo, citado pelo pesquisador, via a mestiçagem como uma anomalia. Ele lembra que o filósofo Kant também

¹ Cada um dos documentos citados e seus respectivos processos de significação podiam ser analisados, merecendo do pesquisador maiores detalhamentos, porém, a limitação de tempo e de espaço no texto não permitiu tal empreitada.

não a percebia com bons olhos. O debate remete ao biológico, sem nunca deixar de ser um discurso que gera efeitos desiguais e hierárquicos.

No século XVIII, ainda segundo a obra citada, era comum que a explicação a respeito dos povos distintos dos “brancos” fossem significados como resultado do cruzamento de humanos com animais. Para Munanga (2019), diversas teorias raciais eram produzidas desse modo na Europa. Em alguns casos, “o mestiço” era positivado como “forte”; em outros, tal como uma “mula”, “um estéril”. Sobre o caso de terem filhos, ficava a suspeita sobre os pais. O caso é que não havia nas colônias mulheres brancas para satisfação sexual. A relação com negras e indígenas era comum, fruto da exploração sexual dos colonos. Algumas leis foram criadas com o tempo, o que nunca impediu o fato de ocorrer. Os filhos eram considerados bastardos. Em alguns casos, podia haver casamentos, mas eram raros. No Brasil, há uma incorporação das ideias europeias e norte-americanas da época. Porém, apresenta também seus próprios contornos na forma como a mestiçagem e a raça ocupavam uma preocupação central.

Com leituras como a de Munanga (2019) a respeito da identidade racial e do corpo negro racializado, visualizamos o sentido da luta do movimento negro, incluindo as políticas de ação afirmativa como reivindicação no seio de um curso político-ideológico em defesa da igualdade, como uma forma de sobrevivência e de afirmação no mundo; lutando contra o racismo e o mito da democracia racial. Outro ponto é que a discussão não é contra “a mistura”, não é entender que não somos em grande parte “mestiços”. Ele quer se deslocar do biológico e entender o político-ideológico em torno disso. Em termos do pesquisador, há uma mestiçagem e isso não impede a desigualdade, daí a necessidade da afirmação da diversidade cultural e da identidade racial. O problema, colocado por nós que operamos com discurso, talvez numa situação mais confortável no debate, é como sustentar a luta da população negra contra o racismo e em defesa da igualdade de condições sociais; e não obstaculizar a diferença. Já o ponto para ele é afirmar a pluralidade étnico-racial em um país que quer se identificar como mestiço.

Com efeito, estamos em um terreno de muitos debates, de resistências vindo de diversas direções imaginadas. Se destacam então as tensões na utilização deste ou daquele termo, bem como na maneira como os estudos se desdobram, ética, metodológica, política e epistemologicamente. Nesse sentido, pesquisadores assumidamente “decoloniais”, leitores de Walter Dignolo (2020), por exemplo, podem rejeitar e criticar o diálogo acadêmico da América Latina com Michel Foucault e Jacques Derrida; os pós-coloniais podem se afastar dos decoloniais e dos estudos multiculturais, por uma leitura dialógica com Bhabha, crítico à ideia de diversidade e do termo multiculturalismo (BHABHA in RUTHERFORD, 1990; BHABHA, 1998); por sua vez, é uma pós-colonialista como Spivak (2010) que, com base em Derrida e Marx, questiona Foucault e Deleuze, levantando uma questão a respeito do “subalterno” não ter fala e voz no estudos da subalternidade.

Nesse confronto a respeito da idealização em torno do significante priorizado ou mesmo do modo como entrar na discussão, estudos multiculturalistas parecem gerar desconfiança, seja pelo risco de essencialismo, seja pelo teor, julgado moralista, que advogam seus defensores, os quais ressaltam o desejo por uma sociedade mais justa; discursos que se articulam, em parte, por corpos que experimentaram a dor e o sofrimento das opressões. No entanto, sem considerar tais aspectos, pesquisas como as de Duschatzky e Skliar (2011), por exemplo, destacam os limites da forma como temos lidado com o debate em educação, enfatizando a maneira como a alteridade tem sido compreendida sob o prisma da inclusão da valorização da diversidade: seja como a fonte do mal; algo a ser tolerado; ou ligada a um sujeito pleno e acabado.

Considerando o exposto, responder às tais questões multiculturais não é simples; já que demandam tempo, dedicação e insistência, com abertura à alteridade na leitura crítica dos próprios referenciais, análises e modos de sentir, não apenas de pensar e de ver, já que também somos “corpos” que escrevem. Mesmo que evitemos “essencializar”, a vida social, como sabemos, demanda fixar sentidos. O momento político que atravessamos deixa isso bem evidenciado. Nesse sentido, o esforço de articulação para pensar “o multicultural” talvez não tem tido tanta ênfase em abordagens discursivas, apesar dos adversários comuns, como o fundamentalismo e a ameaça anti-democracia. Com isso, rejeito o afastamento e a formação de pequenas ilhas sobre o pretexto de suposto “rigor acadêmico”, o que imagino não nos favorecer. Rejeitar tanto o dogmatismo universalista quanto a fragmentação pós-

moderna e desarticulada, não nos torna isentos de considerar o que os movimentos sociais têm demandado.

Não obstante, sem adentrar necessariamente em uma perspectiva discursiva, diversos pesquisadores definem “multiculturalismo”, ou algum outro termo similar e substituto, como um conjunto de respostas atinentes à condição plural das sociedades contemporâneas (IVENICKI, 2018, 2019; RIBEIRO, 2016), geralmente, destacando abordagens, como uma variação de perspectivas colocadas por problemas de governabilidade que convocam comumente a uma tomada de posição, por vezes, assumidamente hibridizada, com algumas nuances “pós”. Em educação, as respostas se tornam projeções idealistas, em vários âmbitos, desde a definição de políticas igualitárias até as práticas pedagógicas contra a opressão.

Ora, se há respostas é porque há perguntas e os sentidos têm sido atribuídos nos distintos modos processuais de responder à sociedade multicultural. No Brasil, Antônio Flávio Moreira, Vera Candau, Reinaldo Fleuri, Ahias Assis, Kabengele Munanga, Nilma Gomes, Iolanda de Oliveira e Ana Ivenicki são algumas das referências. Esta última, por exemplo, mobiliza pesquisas que recebem destaque no país, já alguns anos se debruça em tais questões no campo educacional, ora enfocando aspectos multiculturais da educação; ora, traçando articulações específicas, como a luta antirracista; ora, enfatizando aspectos na formação de professores e currículo, como a pesquisa “multiculturalmente orientada” (IVENICKI, 2018, 2019).

Segundo os dois textos anteriormente citados, o multiculturalismo, cujo enfoque está na identidade, pode se tornar uma tendência e se articular a propostas “folclóricas”, deixando de problematizar questões ligadas a poder e explicitando elementos da diferença distanciados da ideia de transformação social, o que acaba por realçar uma igualdade formal e um exotismo que não altera e/ou enfrenta assimetrias sociais. Por sua vez, demandas críticas envolvem pensar no que fazer para preconizar a diversidade cultural, propondo políticas e práticas mais justas. Portanto, acena para a luta contra desigualdades, envolvendo o questionamento a preconceitos, discriminações e estereótipos. Assinalam assim epistemologias para que uma sociedade mais plural assuma lugares e tempos igualitários. Ivenicki (2018, 2019) ainda aponta um diálogo com uma perspectiva pós-colonial a partir da qual a hibridização é salientada, estabelecendo uma maneira de se aproximar de processos discursivos, como uma negociação complexa, sobressaindo a diferença como categoria que aponta outros sentidos distintos da diversidade, como os que indicam a multiplicidade e a singularidade (BURBULES, 2003).

4 PÓS-ESTRUTURALISMO

Nesta seção, apresento de maneira mais ampla o que entendo por pós-estruturalismo, em diálogo com diversos pesquisadores. Em vez de traçar uma metodologia de aplicação de análise com a teoria do discurso, o que foge ao que pretendo e ao que vejo como potente na abordagem, explícito a dimensão ontológica da construção discursiva laclauiana, incluindo alguns dos seus diálogos e embates, os quais utilizamos como elementos da teorização, objetos de debate deste dossiê da Revista Espaço do Currículo.

O que sabemos é que se trata de uma perspectiva pós-estruturalista. O que quer dizer, em termos didáticos, que é um desdobramento crítico e inventivo em reação ao estruturalismo (AZEVEDO-LOPES e RIBEIRO, 2021). Não é uma negação, mas uma renovação que incorpora alguns elementos, ao mesmo tempo que rejeita alguns dos traços teóricos estruturalistas. Isso não resulta em uma escola homogênea com princípios facilmente identificáveis. O pós-estruturalismo envolve uma infinidade de estudiosos que podem ser reunidos de maneira imaginada, em virtude dos pressupostos teóricos, a despeito da diferença. Não há consenso inclusive para a utilização do nome, já que o rótulo foi rejeitado por filósofos como Michel Foucault e Jacques Derrida.

Segundo Dosse (2018), o estruturalismo emerge em uma Europa desacreditada, impactada pelos horrores da guerra, quando se esgotavam as crenças: no humanismo e nas esperanças em “um mundo melhor”, construído via “razão universal”; na ideia de “progresso” como consequência direta de avanços sociais proporcionados pelas tecnologias e conhecimentos supostamente universais. Nesse sentido, o estruturalismo renova os fôlegos acadêmicos, proporcionando uma nova forma de pensar que se torna quase “uma febre” entre estudiosos europeus. Conforme o texto, trata-se de um movimento que fez

bastante sucesso, gerando até mesmo a expectativa de reunir as ditas “ciências humanas”. Isso porque o quadro teórico, a despeito das variações, oferecia margens de análises e de trabalhos que rompiam com fronteiras disciplinares, centralizando a linguagem como constitutiva do pensamento.

Como devedores de Ferdinand Saussure, pesquisadores hoje bastante conhecidos, como Jacques Lacan, Michel Foucault, Claude Lévi-Strauss, por exemplo, compreendiam em suas distintas áreas, psicanálise, filosofia e antropologia, respectivamente, dentre tantos outros pensadores, que a linguagem não apenas representa a realidade, mas a constitui. Para o pai da linguística moderna, a ideia é estudar a língua como um sistema fechado e invariante, o que secundariza o enfoque histórico em relação à dimensão sincrônica. Na famosa obra, compilada a partir da contribuição de seus discípulos, o linguista prioriza a língua em detrimento da fala, diferenciando-a da linguagem, esta última vista de uma maneira mais ampla. Apesar de seus estudos com enfoque na língua, suas aulas deixam margem para a produção de uma “ciência dos signos”, a qual veio a ser investida posteriormente.

No caso saussuriano (SAUSSURE, 2012), o signo é o fundamento da estrutura, o que nessa perspectiva quer dizer a junção de um significante, imagem acústica, com um significado, conceito ou ideia, como componentes do sistema. Separando centralmente a escrita da fala, a primeira considerada social e a segunda individual, Saussure estabeleceu como prioridade o estudo da língua, como dissemos, naquilo que ela apresenta como possibilidade de acesso ao invariante, quer dizer, como o estudo do que podia alçar a um sistema, não a partir das variações linguísticas promovidas pelos sujeitos falantes. Conforme Dosse (2018), uma das vantagens é que a abordagem possibilitava abraçar crenças na objetividade científica, sem deixar de tecer críticas à maneira como o pensamento racional europeu se dava sobre “o outro”. Possibilitava então uma crença na renovação pela via da alteridade, considerando tudo aquilo que vinha sendo rejeitado na academia europeia, como “a criança”, “o louco” ou “o selvagem”.

A questão é que o estruturalismo, a despeito de buscar a alteridade, se estabelecia como uma ciência, como uma pretensão de verdade que se contradizia à diferença e ao processo ligado à continuidade da vida cultural estudada, excluindo a singularidade da relação com o estudado, objetificando-o. Outro aspecto interligado diz respeito ao signo como fundamento e, como apontado antes, à ideia mesmo de um sistema fechado dar conta de questões, como o social e a cultura. Nesse sentido, o traço teórico estruturalista conduz então a um debate intenso e de bastante repercussão que abre as portas para o pós-estruturalismo, já que este último é uma decorrência das leituras estruturais.

Jacques Derrida, filósofo franco-magrebino, até então pouco conhecido no início dos anos 1960 pela comunidade acadêmica, é convidado às pressas para participar de um evento nos Estados Unidos em 1968, no qual havia grandes nomes de pensadores para debater o estruturalismo (DOSSE, 2018). Mesmo sendo no último dia, suas palavras tiveram grande impacto e modificaram o rumo das discussões e da sua carreira, já que desmontava os pressupostos do estruturalismo, demonstrando que o significado em um sistema fechado é impossível, está sempre adiado. No limite, não há significado, mas uma prática na qual significantes se articulam contingencialmente de modo a produzir sentido. Assim, obrigando-nos a rever o modo como a estrutura é pensada, desestruturada como práticas de significação, o que aponta para tradições pós-fundacionistas, inclusive, para pensar a política, o que a teoria do discurso vem a oferecer uma proposta.

O estruturalismo estava em alta nos anos 1940 e 1950. Já na segunda metade da década de 1960, Jacques Derrida publica três obras, hoje consideradas de suma relevância. *A Escritura e a diferença* é um texto que abalou o reinado estrutural. Isso porque demonstra que aquilo que se critica pela via estruturalista ainda é reforçado pelos europeus, que o etnocentrismo não foi extinto e que não há via fácil ou simplesmente alternativa à metafísica ou filosofia ocidental. O que se espera é pensar com a metafísica, mas de outro modo. Derrida (2011) propositadamente se utiliza de textos daquele que evidenciava a relevância da etnologia e do estruturalismo: Lévi-Strauss. Não para expressar alguma deficiência, mas para argumentar que a questão que o interessava já estava explicitada na obra do antropólogo e que aquilo que se espera estar combatendo não se supera, mas desloca a questão para outro lugar.

Nisso, o signo apresenta uma importância crucial. Primeiro é preciso dizer que a história da filosofia ocidental e da metafísica se dá com base na ideia de um centro, seja origem ou fim, *arqué* ou *télos*. Por isso, ciência e filosofia se amparam no que o filósofo chama de “metafísica da presença”, ou na ideia de um transcendente, o qual ocupa uma função no discurso (Deus, Homem, Razão Universal etc.). Isso porque de fato não é o centro, mas parte da significação, estabilizando o sistema. A estruturalidade da estrutura que é a questão. O filósofo demonstra que a estrutura não tem centro. O centro está supostamente transcendente e ao mesmo tempo estabilizando a estrutura. O que há é um processo de complementaridade via deslocamento da estrutura e o centro é postado de forma interdita, isto é, geralmente, inquestionável. Portanto, como se estivesse em outro lugar.

Ainda segundo a argumentação de Derrida, Lévi-Strauss busca via empírica questionar a separação “natureza” e “cultura”, mas a ideia de “parentesco” como universal, centralidade na sua obra, gera espanto. O filósofo então começa a explorar problemas na etnologia estruturalista que guardam indícios que reeditam fundamentos. Do contrário, a partir da perspectiva da estrutura renovada pela análise derridiana do signo, impera a ideia de que não há centro ou fundamento dado e que a falta disso é o que mobiliza um jogo de diferenças ou da complementaridade. Isso não quer dizer o abandono da filosofia, da história ou da qualidade do pensamento. Nesse caso, ele aponta a ingenuidade e o risco de um empirismo renovado. Porém, diz que a questão é difícil e sinaliza o seu enfrentamento filosófico.

Ora, com isso, realçamos que o caminho simples está dado. Difícil é enfrentar o labor que tais reflexões sugerem. Derrida (2011) ainda observa as reflexões sobre a impossibilidade da totalização. Mas, em vez de entender o caso como problema, aponta para a estrutura como jogo, evidenciando sempre uma posição deslocada na interpretação da interpretação, nos rastros. Ou seja, em outras palavras, estaremos sempre em busca da compreensão de mundos, mas não temos como dar conta da riqueza que é a totalidade. É constitutivo na linguagem que lida com a finitude, uma infinidade de signos e o deslocamento contextual. Assim, não há mais significado e significante definido em um sistema fechado. A estrutura descentrada aponta para o jogo discursivo e para a busca de um sentido, sempre adiado como plenitude.

Com esse direcionamento, Lopes (2018) trabalha com a ideia de que o pensamento da hegemonia de Laclau e Mouffe só foi possível com a desconstrução do signo em Derrida. Por sua vez, trabalha também com a perspectiva de que a análise pós-marxista são desdobramentos da filosofia derridiana na esfera política, compreendendo tal abordagem como a mais radical democracia política. Discutindo com a teoria curricular a partir da noção de “vazio normativo”, Lopes (2018) salienta que não se trata de complementaridade. Apesar da herança marxista, este só sobrevive desconstruído. Ressalta que a política é pensada em termos polarizados, comumente, “direita” e “esquerda”; no caso, interessa a ela pensar a política como ações, decisões e processos imbricados. Nem tudo é político, afirma. Tal estabilidade é falsa, tal como um antagonismo estável entre “nós” x “eles”, o que acaba obscurecendo os processos em que a identidade/objetividade se produz.

Para a pesquisadora, pensar o social como simultaneamente político e teórico implica sinalizar que nada se constitui como meramente cálculo e que qualquer decisão e escolha só é possível porque há um “talvez radical”, isto é, imprevisível. Assim, o objeto não pode ser pensado com uma identidade prévia, mas produzido retórica e performaticamente pelo discurso. Dessa forma, Laclau e Mouffe, com base na desconstrução, se distanciam do próprio determinismo de classe do marxismo e da economia em Gramsci, produzindo um conceito de antagonismo e hegemonia próprios.

Com base na ideia de deslocamento da estrutura, da indecidibilidade constitutiva na decisão e de um sujeito que só se dá em tal processo de maneira descentrada e relacional, a autora salienta a abordagem pós-fundacional no pensamento político. Conforme já apontado, nessa perspectiva, não há um fundamento prévio que poderá garantir a decisão e a política. Por sua vez, não há também ausência de cálculo, norma e regras. Estamos fadados a projetar, escrever textos e tomar decisões, o que, a meu ver, pode incluir as questões multiculturais e identitárias como demandas, compreensivelmente sedimentadas, em um país constituído historicamente racista e desigual. O que Alice Lopes questiona, nessa obra, é a necessidade de que tais decisões sejam dadas e pensadas por intermédio de um normativo categórico. Com isso, há um investimento radical naquilo que não se pode prever, sem eliminar a

retorização e o performativo nos processos decisórios e na teorização.

5 TEORIA DO DISCURSO

A teoria do discurso é uma abordagem pós-estruturalista de análise política. É o próprio Jacques Derrida quem assume que se trata do modo pós-estruturalista de lidar com a política (LOPES, 2018). O que quer dizer que incorpora pressupostos relativos à linguagem, como a impossibilidade da sociedade e da identidade, o sujeito relacional e descentrado e a realidade como discursiva. Trata-se de uma teoria política e uma das teorias do discurso, diferenciando-se de outras abordagens, como a de Michel Foucault e de Dominique Maingueneau.

Para Laclau (2011), “discurso é uma totalidade relacional de significantes que limitam a significação das práticas e que, quando articulados hegemonicamente, constituem uma formação discursiva” (LOPES e MACEDO, 2011, p. 9). Cumpre lembrar então que “discurso não é apenas linguagem, envolve ações e instituições, sendo o funcionamento do social compreendido como uma linguagem” (LOPES e MACEDO, 2011, p. 10). No caso, o linguístico e o extralinguístico permanecem imbricados de maneira sobredeterminada, contribuição de Louis Althusser. Além do referido filósofo marxista, Antônio Gramsci contribui com a teoria do discurso a partir do conceito de “hegemonia”; já Jacques Lacan com “o objeto A” e as revisitas do pesquisador à psicanálise freudiana. Além deles, Laclau também reconhece a relevância do trabalho sobre “o ser” em Heidegger. Embora não explore as teorias mencionadas anteriormente, realço que há em comum a demonstração da impossibilidade do fundamento dado.

Nesse caso, Laclau e Mouffe respondem às críticas marxistas direcionadas a um de seus livros de grande impacto *Hegemonia e Estratégia Socialista* (LACLAU e MOUFFE, 2015a), e reforçam a argumentação. Em *Pós-marxismo sem pedido de desculpas* (LACLAU e MOUFFE, 2015b), salientam mais uma vez o debate crítico aos pressupostos deterministas, objetivistas e realistas da abordagem marxista. Assim como se sabe no debate multicultural, a categoria “classe trabalhadora” já não dá mais conta de questões de identidade que se formavam e que chamaram a atenção dos teóricos, dentre elas, a organização do movimento negro pela luta dos direitos civis nos Estados Unidos (LOPES e MENDONÇA, 2015).

No entanto, conforme a obra anteriormente citada, Laclau rejeita igualmente uma adesão fácil à pós-modernidade, como a ideia de uma dispersão fragmentária de identidades estanques, dadas e desarticuladas. Ou seja, a abordagem é devedora do marxismo, porém, o desconstrói, o que não quer dizer destruição, mas sim colocá-lo em termos de um sistema aberto de significação. O ponto é a renovação, aberta a novos pressupostos, entre a lógica da diferença e da equivalência. Assim, particularismo e universalismo são pensados de um modo outro no qual se explicita radicalmente a democracia, de forma incomensurável.

“Diferença”, nessa perspectiva, pode ser efeito de relações de poder e de processos de subjetivação, o que reúne um coletivo imaginado de humanos, não em torno de uma característica essencial, mas de demandas e sentimentos de pertencimentos contraditórios e ambivalentes. O que se entende por demanda envolve desde pedidos de mudanças até exigências coletivas, gerando uma identificação que constrói-desconstrói alianças sociais em cada contexto. Porém, a ênfase apenas em tal aspecto resultará em uma abordagem fragmentada, questionada por Laclau, como adiantei. O teórico compreende a luta política por meio de articulações equivalentes mais amplas.

A respeito disso, Lopes e Mendonça (2015) destacam o caráter teórico da obra de Ernesto Laclau, bem como aponta a dimensão analítica da leitura do social. Fica evidenciado que a teoria do discurso rompe e questiona pressupostos marxistas, como já afirmado. Ademais, apesar de estar reunido no debate acadêmico no Brasil, por seus críticos, no mesmo “balai” que distintos debates “pós” (RIBEIRO, 2021), não é uma adesão ao pós-modernismo naquilo que é entendido como “avesso do niilismo”. Ela surge no processo de análise de eventos políticos e de leituras que os pesquisadores da teoria do discurso fazem de Marx e de marxistas, entendendo que já não contempla o que está ocorrendo no mundo. A questão das identidades emerge na leitura laclauiana de Antônio Gramsci. Althusser também é relevante, sobretudo, por seu conceito de sobredeterminação, como já dito.

Nessa perspectiva, “referente”, “signo” e “fenômeno” são ilusões. Como já dissemos, é a impossibilidade do fundamento que mobiliza a disputa pela significação, sempre contingente e precária. Por isso, não se trata de identidades dadas, aquém e além das lutas políticas, mas de processos de identificação, ainda que estejamos sempre diante do risco do essencialismo. Na obra estudada, a pergunta aparece inclusive endereçada a Laclau em entrevistas, elaboradas por estudiosos de suas produções e vida acadêmicas. O teórico enfatiza que o social é político e o político é a instituição do social. A cultura é um dos pontos nesse processo. É a própria disputa pelo que vem a ser cultura, é discursiva.

Na teoria do discurso, a diferença está atrelada à possibilidade de articulação e à equivalência de demandas. Quer dizer que pedidos/exigências entram em negociação, mobilizadas contra um adversário comum, a partir da percepção coletiva de uma ausência, “falta de qualidade na educação”, por exemplo. No caso, particularismo e universalismo não são opostos, mas elementos incomensuráveis de um processo no qual, a despeito das diferenças, pode haver articulação discursiva, o que altera as diferenças, em um movimento de assunção de demandas que estão além e passam a ser incorporadas. Desse modo, se compreende que o processo político é complexo, não são efeitos de cálculos conscientes, mas de processos contingentes de articulação em torno de “significantes vazios”. O que não quer dizer falta de sentido, mas “o excesso” que mobiliza a luta política em disputa. Na abordagem discutida, são alvos de ampla disputa pela significação na qual há muita mobilização e esforço coletivo envolvido.

No caso, a teoria política laclauiana exige que compreendamos uma ontologia do social, tornada possível a partir dos pressupostos pós-estruturalistas e por uma tradição filosófica pós-fundacional. Isso significa, entre outros aspectos teóricos: abrir mão de origens, de teleologias e de escatologias; da ideia de autenticidade, pureza e totalidade. Mas, não de *justiça social* e *democracia*. Também não nos impede de projetar. A questão é que em vez do fundamento ser o ponto de partida de qualquer identidade imaginada, passamos a observar a ordem na dispersão, desconstruindo o que se tornou sedimentado e que permanece obstaculizando o político e a diferença. Para que tratemos de democracia, na radicalidade da teoria discursiva, não se pode esperar um fundamento dado, haja vista que trairia a própria possibilidade da alteridade. Nessa ontologia, “o ser” nunca está dado, já que se vale de um exterior constitutivo que estabiliza o sistema, o que torna a lacuna um processo sem fim de busca pelo preenchimento. Em outras palavras, o sujeito é o sujeito de uma falta constitutiva, descentrado e relacional, tal como na psicanálise lacaniana.

Em suma, não há identidade e sujeito dados, nem nunca haverá, se estamos tratando de disputas de sentido pelo preenchimento da falta constitutiva em relação antagônica com o que ficará sempre de fora, por exemplo, uma abordagem adversária; é exatamente a ausência, a falta de sentido dado, a impossibilidade do fechamento da identidade, bem como a relação com o acontecimento e com a imprevisibilidade, o que possibilita a fundamentação. Assim, toda diferença é incompleta, híbrida, ambivalente e processual. Isso torna a identidade imaginada, ideológica e politicamente.

É claro que não é assunto novo se considerarmos os estudos de Roy Wagner a respeito da “invenção” da cultura e da realidade, dos trabalhos com as “paisagens” do antropólogo Arjun Appadurai e até mesmo das “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson, no qual se discute a questão da nação e do nacionalismo, só para citar apenas alguns exemplos. Porém, a via laclauiana possibilita adentrar a dimensão política e do político, compreendendo as formações discursivas a partir de um “universalismo relativo”. Ainda que seja necessário o uso da identidade, até mesmo para a comunicação e sobrevivência; quer dizer, de fato, processos ou atos de identificação, a partir dos quais o social será sempre resultado de disputas pela significação. Com isso, em vez de se contrapor às lutas dos movimentos sociais, em virtude das demandas tenderem a ser colocadas em termos identitários, a teoria do discurso aprofunda o plano teórico em jogo.

6 A APOSTA NA RENOVAÇÃO MÚTUA

Quando os pesquisadores da teoria do discurso propuseram a desconstrução do marxismo não tinham em mente que a teoria atenderia questões de educação, não pensaram a partir do Brasil, explorando nossos debates sobre as desigualdades e seus graves problemas, ainda que pudessem ter alguma noção a respeito, por se tratar de estudiosos com ampla capacidade. No entanto, cumpre lembrar

que o país é um dos que mais violenta vidas de negros, indígenas, de mulheres e de homossexuais. Cada vez mais me parece evidenciado os efeitos na população de problemas que se arrastam em virtude de centenas de anos de escravidão, indígena e negra, da colonização e exploração europeia em nosso país. Além do machismo, do fundamentalismo e da misoginia, expressa atualmente em discursos até dos governantes.

A despeito das críticas ao multiculturalismo, discutidas e temidas por pesquisadores que assumem a relevância de uma abordagem não essencialista da identidade e da resistência e suspeita à ideia de diversidade; tenho a percepção de que há um coletivo imenso de pessoas aguardando a possibilidade de dialogar, de pensar uma educação multicultural, de projetos que tratem do assunto e que permitam ajudá-los a debater o mundo em que vivemos, falando de experiências e de desafios com o tema. Com isso, não espero ser prescritivo, mas admitir que propostas e projetos precisam ser pensados e que podemos dar uma parcela de contribuição, a depender sempre de um contexto. Afinal, para além da desconstrução do sedimentado, o que acordamos ser necessário na perspectiva com a qual trabalhamos, quem está contribuindo com uma proposição curricular em uma abordagem discursiva? Como construir currículo com o pós-estruturalismo?

Por sua vez, conforme lições da própria teoria do discurso e do pós-estruturalismo, o multiculturalismo é um signifiante e um campo de discussão em torno da hegemonização de sentidos. Portanto, uma teoria multicultural pode incorporar uma perspectiva discursiva, radicalmente democrática e contribuir para expandir os sentidos da diversidade com a centralidade na diferença, na heterogeneidade, na singularidade, incorporando o imprevisível e o imponderável na relação “corpo a corpo”. Trata-se de um processo no qual uma perspectiva discursiva pode contribuir, mas, também recebendo renovação empírica pertinente para o compromisso teórico e político. Nesse caso, meu argumento é que uma teoria social no Brasil não deve se desprender dos problemas identitários; caso contrário, se tornará uma conversa entre muito poucos. Diferentemente, penso que os pressupostos laclauianos têm contribuído para aprofundar o trabalho sobre as identificações, sem cair nas armadilhas do relativismo, tampouco do dogmatismo, o que julgo potentes para o debate multicultural.

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, Arjun. **O medo ao pequeno número**: ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2009.
- AZEVEDO-LOPES, Ronnielle de; RIBEIRO, William de Goes (orgs.). **Utopia e normatividade curricular**: abordagens pós-estruturalistas. Curitiba: CRV, 2021.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BURBULES, Nicholas C. Uma gramática da diferença: algumas formas de repensar a diferença e a diversidade como tópicos educacionais. In: GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antônio Flávio (org.). **Currículo na contemporaneidade**: incertezas e desafios. São Paulo: Cortez Editora, 2003, p. 159-188.
- DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. Trad. Maria Beatriz da Silva, Pedro Leite Lopes e Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DERRIDA, Jacques. **Limited Inc**. Trad. de Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirua, 1991.
- DOSSE, François. **História do Estruturalismo**. Vol. 1 O campo do signo, 1945-1966. Trad. Álvaro Cabral; rev. técnica: Márcia Mansor D'Alessio. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- DUSCHATZKY, Silvia; SKLIAR, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (orgs.). **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Tradução de Semiramis Gorini da Veiga. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 119-138.
- GIACAGLIA, Mirta. Universalismo e particularismo: emancipação e democracia na teoria do discurso. In: RODRIGUES, Léo Peixoto; MENDONÇA, Daniel (orgs.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto alegre: EPIPUCRS, 2008, p. 71-88.

- HALL, STUART. **Da diáspora: Identidades e Mediações** Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG: Brasília: Representações UNESCO no Brasil, 2003.
- IVENICKI, Ana. A escola e seus desafios na contemporaneidade. **Ensaio: Avaliação, Política Pública e Educação**. Rio de Janeiro, v.27, n.102, p. 1-8, jan./mar. 2019.
- IVENICKI, Ana. Multiculturalismo e formação de professores: dimensões, possibilidades e desafios na contemporaneidade. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.26, n.100, p. 1151-1167, jul./set. 2018.
- LACLAU, Ernesto A. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- LACLAU, Ernesto A.; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista**. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015a.
- LACLAU, Ernesto A.; MOUFFE, Chantal. Pós-marxismo sem pedido de desculpas. In: LOPES, Alice Casimiro; MENDONÇA, Daniel de (orgs.). **A teoria do discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas**. São Paulo: Annablume, 2015b, p. 35-72.
- LOPES, Alice Casimiro. Sobre a decisão política em terreno indecível. In: LOPES, Alice Casimiro; SISCAR, Marcos (orgs.). **Pensando a política com Derrida: responsabilidade, tradução, porvir**. São Paulo: Cortez, 2018, p. 83-116.
- LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Sobre a organização e os tradutores. In: LACLAU, Ernesto A. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 7-17.
- LOPES, Alice Casimiro; MENDONÇA, Daniel de (orgs.). **A teoria do discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas**. São Paulo: Annablume, 2015.
- MACEDO, Elizabeth. Currículo, Cultura e Diferença. In: LOPES, Alice Casimiro; ALBA, Alicia de (orgs.). **Diálogos curriculares entre Brasil e México**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 83-104.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- NOBRE, Domingos. **Entre a escola e a casa de reza: infância, cultura e linguagem na formação de professores indígenas guarani**. Niterói: Eduff, 2016.
- RIBEIRO, William de Goes. Pensar a utopia como efeito: alguns apontamentos sobre a normatividade curricular. In: AZEVEDO-LOPES, Ronnielle de; RIBEIRO, William de Goes (orgs.). **Utopia e normatividade curricular: abordagens pós-estruturalistas**. Curitiba: CRV, 2021, p. 203- 226.
- RIBEIRO, William de Goes. Remobilizando a pesquisa com o pós-estruturalismo: quando a diferença faz toda a diferença. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 542- 548, set./ dez., 2016.
- RIBEIRO, William de Goes. Xe Rohenoi Eju Orendive: rimas, rappers e hibridização cultural de povos indígenas no Brasil. **#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 9, n. 2, p. 1-20, 2020.
- RODRIGUES, Léo Peixoto; MENDONÇA, Daniel (orgs.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto alegre: EPIPUCRS, 2008.
- RUTHERFORD, Jonathan. The Third Space: Interview with Homi Bhabha. In: DERS (Hg). **Identity: Community, Culture, Difference**. London: Lawrence and Wishart, p. 207-221, 1990.
- SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 28 ed. São Paulo: Cultrix, 2012.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).